

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO, I.P.
NA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
EM MATÉRIA DE GESTÃO DA ORLA COSTEIRA

Considerando:

- a) O princípio da subsidiariedade, insito em diversos diplomas regulamentares das políticas de ordenamento do território e de ambiente, nos termos do qual os procedimentos ao nível da Administração Pública deverão ser coordenados, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão;
- b) Que a proximidade entre os níveis de decisão e de acção favorece um quadro de entendimento local que permite garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses divergentes e conferir uma responsabilidade partilhada para a consecução de objectivos ambientais;
- c) Que as Administrações de Região Hidrográfica, I.P. (ARH, I.P.) apresentam, enquanto serviços da administração pública indirecta, uma indiscutível motivação para a implementação de uma gestão integrada dos recursos hídricos, baseada na cooperação com as diferentes entidades intervenientes nestes domínios, como é o caso das Autarquias Locais;
- d) Que a alínea a) do n.º 7 do artigo 9.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, veio habilitar as ARH, I.P. a delegar, através do seu órgão directivo, nas autarquias, poderes de licenciamento e fiscalização das utilizações dos recursos hídricos;
- e) Que a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.) e a Câmara Municipal de Cascais partilham os mesmos objectivos e visão para a protecção e valorização do litoral, concretizada no trabalho conjunto que está a ser elaborado para a aplicação da estratégia de protecção e valorização do litoral do concelho de Cascais; e,
- f) Que existe um claro clima de confiança mútua, alicerçada numa experiência de trabalho conjunto em matérias de planeamento e gestão do litoral, que antecede a própria criação da ARH do Tejo, I.P..

Vêm

A Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., adiante designada por ARH do Tejo, I.P., como primeira outorgante, pessoa colectiva n.º 508608015, com sede na Rua Braamcamp, n.º 7, 1250-048, Lisboa, representada pelo seu Presidente, Manuel Augusto Ruano Lacerda, nomeado por Despacho n.º 25248/2008, publicado no Diário da República n.º 197, IIª série, parte C, de 10 de Outubro de 2008, cujos poderes de representação lhe foram conferidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio.

E

A Câmara Municipal de Cascais, como segunda outorgante, pessoa colectiva n.º 505 187 531, com sede na Praça 5 de Outubro, 2754-501 Cascais, representada pelo seu Presidente, António d' Orey Capucho.

Celebrar o seguinte protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

1. O presente protocolo tem como objecto a delegação de competências, por parte da primeira outorgante na segunda outorgante, ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 9º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, do licenciamento e da fiscalização das utilizações do domínio público referentes a apoios de praia e equipamentos, tal como definidos no artigo 63.º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio.
2. O presente protocolo tem, ainda, como objecto a prestação de apoio mútuo entre as duas entidades outorgantes, na execução de actividades das respectivas competências na área do planeamento e gestão dos recursos hídricos do litoral.

Cláusula 2.ª

Área Territorial

A área territorial de actuação do presente protocolo é a definida pela frente marítima do concelho de Cascais.

lul

Cláusula 3.^a

Licenciamento

1. Para a prossecução das competências relativas ao licenciamento das utilizações referidas na cláusula 1.^a, a segunda outorgante deverá observar o disposto nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira relativos à área territorial de actuação do presente protocolo, bem como de outros instrumentos de gestão territorial, em vigor, que abranjam a área em causa, e todas as normas legais e regras procedimentais relativas à atribuição de títulos de utilização dos recursos hídricos.
2. Para a emissão dos títulos deverão ser utilizados os modelos fornecidos pela ARH do Tejo, I.P..
3. A primeira outorgante remeterá por fases e por ordem de prioridades, à segunda outorgante, de acordo com a calendarização a estabelecer entre as partes, os processos relativos aos títulos de utilização dos recursos hídricos, sempre que possível após a digitalização dos mesmos.
4. A primeira outorgante disponibilizará todo o apoio técnico necessário à prossecução das competências delegadas, nomeadamente nas questões de maior complexidade.
5. A segunda outorgante remeterá à primeira outorgante cópia das decisões e dos actos administrativos praticados no âmbito do processo de licenciamento, para efeitos de actualização permanente do cadastro dos processos existentes na ARH do Tejo, I.P..

Cláusula 4.^a

Fiscalização

1. A fiscalização será desenvolvida pela segunda outorgante de forma sistemática e de forma pontual em função das queixas e denúncias recebidas relativas à área territorial de actuação do presente protocolo.
2. Para efeitos de fiscalização, a segunda outorgante deverá observar o princípio da pró-actividade, de modo a verificar o cumprimento das condições dos títulos de utilização, os usos indevidos ou ilícitos e eventuais danos ambientais, de forma a actuar por antecipação nas potenciais causas.
3. A segunda outorgante deverá fiscalizar o cumprimento das condições dos títulos de utilização dos recursos hídricos, a observância das normas que garantam a utilização dos apoios de praia por parte dos utentes, o estado de conservação das placas de sinalização, bem como genericamente as condições de higiene e segurança das praias.

[Handwritten signature]



4. Para efeito de fiscalização a segunda outorgante deverá utilizar os meios próprios necessários à prossecução da competência delegada, e solicitar o apoio da primeira outorgante e de outras forças e agentes policiais (SEPNA e Polícia Marítima) sempre que a complexidade da situação o exigir.

Cláusula 5.^a

Riscos Costeiros

1. Na gestão dos riscos costeiros assume especial relevância uma estreita coordenação entre as entidades outorgantes do presente protocolo.
2. A primeira outorgante é responsável pelo fornecimento de placas de sinalização das zonas de risco, bem como articular com a segunda outorgante os respectivos locais de colocação.
3. A segunda outorgante deverá proceder à colocação de sinalética nas zonas de risco, bem como zelar pela sua manutenção, devendo comunicar à primeira outorgante os danos ocorridos nas respectivas placas de sinalização.
4. A segunda outorgante deverá ainda comunicar à primeira outorgante a ocorrência de qualquer movimento de massa de vertente (desmoronamentos, escorregamentos e quedas de blocos) ocorrido no litoral, independentemente da sua dimensão, no sentido da mesma proceder ao seu registo e análise local.

Cláusula 6.^a

Planeamento

1. As duas outorgantes comprometem-se a manter permanentemente actualizada a estratégia conjunta de protecção e valorização do litoral do concelho de Cascais.
2. A segunda outorgante compromete-se a participar activamente no processo de revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira.



Wul

Cláusula 7.^a

Taxa de Recursos Hídricos

1. As taxas referentes às utilizações dos recursos hídricos abrangidas pelo presente protocolo serão liquidadas pela primeira outorgante ao abrigo do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho.
2. Para efeitos de cobrança de taxa de recursos hídricos a segunda outorgante remeterá à primeira outorgante os elementos necessários à determinação da matéria tributável.
3. A primeira outorgante arrecadará a receita, e transferirá para a autarquia uma dotação destinada a apoiar o eficiente exercício das competências delegadas, correspondente a 40% das taxas que tenham sido arrecadadas e das coimas que tenham sido cobradas, no ano anterior, ao abrigo das competências delegadas.

Cláusula 8.^a

Plano e Relatório de Actividades

1. Para a execução das actividades previstas no presente protocolo as duas entidades outorgantes obrigam-se a estabelecer um plano de actividades anual no qual constará o âmbito espacial, temporal e material, os programas e procedimentos adoptados e o modo de coordenação.
2. A segunda outorgante elaborará um relatório intercalar.
3. No final de cada ano será elaborado um relatório de actividades, do qual deverão constar, entre outras, as orientações a considerar no plano de actividades do ano subsequente.

Cláusula 9.^a

Comissão de Acompanhamento

1. É criada uma comissão de acompanhamento composta por dois representantes de cada uma das entidades outorgantes, a qual reunirá ordinariamente duas vezes por ano ou extraordinariamente quando for convocada por qualquer dos seus membros, competindo à primeira outorgante a coordenação da comissão.

[Handwritten signature]



2. Compete à comissão de acompanhamento apreciar o relatório intercalar elaborado pela segunda outorgante, bem como elaborar os planos e relatórios de actividades que constam da cláusula 8.^a.

Cláusula 10.^a

Avocação de competências

As competências delegadas no âmbito do presente protocolo, podem ser avocadas, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 11.^a

Vigência

O presente protocolo produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigora por períodos sucessivos de um ano, caso não seja feito cessar por qualquer das partes, o que pode suceder, mediante comunicação escrita, com a antecedência mínima de trinta dias relativamente à data pretendida para a cessação.

Cláusula 12.^a

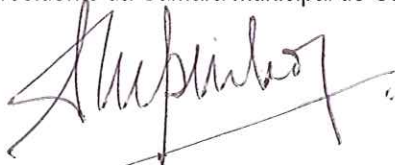
Disposições Transitórias

Após a assinatura do presente protocolo será constituída a comissão de acompanhamento que deverá iniciar os trabalhos preparatórios para a concretização da delegação de competências, nomeadamente a conclusão da estratégia de protecção e valorização do litoral do concelho de Cascais.



Assinado em Cascais, em 17 de Julho de 2009, em dois exemplares, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais



(António d'Orey Capucho.)

O Presidente da ARH do Tejo, I.P.



(Manuel Lacerda)